

7.1.4.2 Planilha Orçamentária para Operacionalização da CIES Estadual

Tipo de Despesas	Descrição das despesas	Valor Unitário	Valor Total
Diárias Colaborador Eventual da CIES Estadual	23 membros x 12 reuniões x 2 diárias	R\$ 157,50	R\$ 129.996,00
Diárias Colaborador Eventual da CIES Estadual	20 diárias em Eventos externos	R\$ 235,50	R\$ 4.710,00
Passagens Aéreas	8 trechos aéreos	R\$ 1.000,00	R\$ 8.000,00
Reprografia	50 cópias PB x 30 participantes x 12 reuniões	R\$ 0,20	R\$ 3.600,00
	50 encadernações do PEP 2010/2011	R\$ 5,00	R\$ 250,00
	50 cópias do PEP 2010/2011 x 110 pag.	R\$ 0,20	R\$ 1.100,00
	1 Bloco anotações x 30 participantes x 12 reuniões	R\$ 2,00	R\$ 900,00
Caixa Didática	5 Caixa Didática	R\$ 150,00	R\$ 750,00
	50 pastas cristal	R\$ 8,00	R\$ 400,00
	100 pastas cristal	R\$ 8,00	R\$ 800,00
TOTAL			R\$ 150.506,00

7.1.5 Implantação e Operacionalização da CIES Região Norte

O desenvolvimento da Comissão de Integração Ensino-Serviço-CIES-CIB-TO, se dará por meio da realização das reuniões ordinárias e extraordinárias, subsidiando a participação dos membros e através de consultoria.

7.1.5.1 Planilha Orçamentária para Operacionalização da CIES Região Norte

Tipo de Despesas	Descrição das despesas	Valor Unitário	Valor Total
Diárias Colaborador Eventual (Membros da CIES)	10 membros x 12 reuniões x 2 diárias	R\$ 157,50	R\$ 37.800,00
Diárias Servidores	5 servidores x 12 reuniões x 2 diárias	R\$ 157,50	R\$ 18.900,00
Reprografia	50 cópias PB x 20 participantes x 12 reuniões	R\$ 0,20	R\$ 2.400,00
Material de consumo	1 caneta x 20 participantes x 12 reuniões	R\$ 0,48	R\$ 155,52
	6 caixas didáticas	R\$ 150,00	R\$ 900,00
	50 pastas cristal	R\$ 8,00	R\$ 400,00
TOTAL			R\$ 60.555,52

7.1.6 Consultoria/Assessoria Técnica aos Municípios

Será realizada 6 visitas de cooperação técnica durante um ano, por consultor técnico, a um município que demonstre o interesse em desenvolver a gestão da educação na saúde e/ou tenha assinado o pacto de gestão. Serão eleitos 17 municípios das 15 regiões de saúde. Cada visita terá a duração de até 5 dias para realização do diagnóstico situacional do município, divulgar a política de educação permanente, sensibilizar e orientar quanto ao levantamento de demandas educacionais para elaboração dos planos regionais de educação permanente. Estas visitas também contará com momentos de formação e qualificação de atores estratégicos envolvidos nos processos educacionais no município.

7.1.6.1 Formação de Consultores de Educação Permanente

A formação de consultores terá como objetivo qualificar os representantes da gestão da educação estadual e municipal, os representantes da CIES e servidores de outros setores estratégicos da SESAU que irão assessorar os municípios no processo de implementação da política de educação permanente. A oficina será para um total de 35 participantes e contará com dois módulos sendo o primeiro de 24 h e o segundo de 16h e será realizado pela DGES/SGA/SESAU-TO. Ao término do primeiro módulo será feito um processo seletivo para a escolha de 17 consultores e o segundo módulo destinará especificamente aos consultores escolhidos.

Para qualificação destes consultores será estabelecido as seguintes unidades de aprendizagem:

- Alinhamento conceitual sobre EP a partir dos conceitos dos participantes;
- análise crítico - reflexiva da Política Nacional de Educação Permanentes
- contextualização do processo de implementação da política nacional de EP no Tocantins
- Compreensão das diretrizes pedagógicas: como ferramentas para qualificação dos profissionais da saúde em serviço
- o papel do consultor técnico no processo de assessoria aos municípios para implantação/implementação da política de EP (elaboração e alinhamento da metodologia e materiais para as visitas técnicas)

- Avaliação e Monitoramento das ações executadas

7.1.6.2 Monitoramento e Avaliação

- Instrumentos de avaliação das visitas;
- Atas das reuniões da CIES;
- Relatórios das ações dos colegiados;
- Relatórios das oficinas entre as instituições de ensino e DGES.

7.1.6.3 Público Alvo

Membros da CIES, representantes dos colegiados na CIES, representantes da gestão da educação dos municípios e do Estado do Tocantins e trabalhadores do SUS.

7.1.6.4 Resultados Esperados

Ao final desta ação espera-se obter êxito no fortalecimento da gestão da educação na saúde dos municípios contemplados com esta ação, bem como a sensibilização de demais municípios por meio das reuniões, oficina de qualificação em EP com os representantes municipais do setor saúde.

Outro produto desta ação é a execução das ações referentes ao funcionamento da CIES-CIB/TO durante o ano de 2011 e finalmente a produção de novos instrumentos para a regulação de estágios e sensibilização das instituições de ensino para adesão às normas para o desenvolvimento das atividades nas unidades estaduais e municipais.

7.1.6.5 Planilha de Custos para Consultoria Técnica aos Municípios

Tipo de Despesa	Descrição das despesas	Valor Unitário	Valor Total
Hora-Aula Colaborador externo com outros vínculos	1 facilitadores x 40 horas	R\$ 120,00	R\$ 4.800,00
	Imposto	20%	R\$ 960,00
Hora-Aula servidor	(6 oficinas x 17 consultores x 8 horas)	R\$ 60,00	R\$ 48.960,00
Hospedagem	1 convidado x 7 diárias/hotel (para 2 módulos da oficina para qualificação dos consultores técnicos)	R\$ 250,00	R\$ 1.750,00
Passagem aérea	1 convidados x 2 passagem aérea x 2 módulos (para a oficina)	R\$ 1.000,00	R\$ 4.000,00
Diárias Servidor	17 consultores x 5,5 diárias x 6 visitas(para visitas municipais);	R\$ 157,50	R\$ 88.357,50
Diária Servidor Consultor	26 diárias para servidor participar de eventos de educação Permanente fora do Estado do Tocantins	R\$ 235,50	R\$ 6.123,00
Diária Motorista	1 motorista x 5,5 diárias x 6 visitasx17 municípios	R\$ 112,50	R\$ 63.112,50
Gráfica	555 pastas cristal	R\$ 8,00	R\$ 4.440,00
	(1 Bloco anotações x 35 participantes x 1 oficina)	R\$ 2,00	R\$ 70,00
Reprografia	50 cópias x 35 participantes x I módulo oficina	R\$ 0,20	R\$ 2.918,00
	30 cópias x 20 participantes (II módulo oficina)		
	120 cópias x 6 reunião X17 regiões		
Encadernações	(2 encadernação x 17 regiões)+(1 encadernação x 55 participantes x oficina)	R\$ 3,00	R\$ 267,00
Material de consumo	(1 caneta x 30 participantes x 17 visitas)+(1 caneta x 35 participantes x 1 oficina)	R\$ 0,48	R\$ 262,72
	18 Caixas didáticas	R\$ 150,00	R\$ 2.700,00
VALOR TOTAL			R\$ 228.720,72

7.1.7 Pesquisa de Caracterização dos Atores e das Ações de Educação Permanente no Tocantins

7.1.7.1 Apresentação

Realizar estudo quantitativo e qualitativo, utilizando como instrumentos **Questionário** (perguntas feitas por escrito, onde o entrevistado preenche as respostas sem a presença do pesquisador), **Formulários** (perguntas enunciadas e preenchidas pelo pesquisador de acordo com a resposta do entrevistado) e **Entrevistas semi-estruturadas** (com informantes-chave).

7.1.7.2 Objetivo

Caracterizar atores, concepções e ações educativas no contexto de Educação Permanente em Saúde (EPS): âmbitos municipal e estadual no Tocantins (SESAU).

7.1.7.3 Justificativa

Diagnóstico da implantação de ações de EPS no Tocantins.

7.1.7.4 Público Alvo

- **Municípios estratégicos:**
 - Secretário municipal de saúde,
 - Responsável pela gestão da política de EPS.

Município
Palmas
Ananás
Araguaína
Gurupi
Miracema
Palmas
Paraíso do Tocantins

- Hospitais públicos sob gestão estadual:

- Diretor do hospital;
- Responsável pelo NEP.

Hospital
Hospital Regional Dona Regina
Hospital Regional de Araguaína
Hospital Regional de Gurupi
Hospital Regional de Dianópolis
Hospital Regional de Miracema
Hospital Regional de Paraíso do Tocantins
Hospital Regional de Porto Nacional
Hospital Materno Infantil Tia Dedé
Hospital Regional de Guaraí
Hospital Geral de Palmas

- Núcleos de educação permanente (NEP):

NEP Hospital de Alvorada
NEP Hospital Regional de Araguaçu
NEP Hospital de Doenças Tropicais
NEP Hospital Regional de Araguaína
NEP Hospital Regional de Arapoema
NEP Hospital Regional de Arraias
NEP Hospital Regional de Augustinópolis
NEP Hospital Regional de Dianópolis
NEP Hospital de Referência de Guaraí
NEP Hospital Regional de Gurupi
NEP Hospital Regional de Miracema
NEP Hospital Regional Dona Regina
NEP Hospital Regional de Paraíso do Tocantins
NEP Hospital Regional de Pedro Afonso
NEP Hospital Regional de Porto Nacional
NEP Hospital Regional de Xambioá
NEP Hospital Materno Infantil Tia Dedé

NEP Hospital de Alvorada

- Unidades de gestão – SESAU

Unidades de gestão – SESAU
Diretoria de Gestão da Educação na saúde
NEP Gestão

7.1.7.5 Dados

1. Quantitativos:

- Perfil de gestores e profissionais da saúde
 - Idade,
 - Sexo,
 - Formação,
 - Vinculação institucional.

2. Qualitativos - entrevista semi-estruturada com informantes-chave (gravadas, transcritas e sistematizadas em categorias):

- Nível de compreensão acerca da Política de Educação Permanente em Saúde:
 - Opinião sobre a implantação da política de educação permanente;
 - Opinião sobre as dificuldades na implantação da política de educação permanente;
 - Opinião sobre os avanços na implantação da política de educação permanente;
 - Concepção referente à educação permanente em saúde ;
 - Questões que justificam as ações de educação permanente.

7.1.7.6 Teste Piloto

Deve ser realizado teste piloto para validação dos instrumentos de coleta de pesquisa. Para tal serão selecionados os seguintes quantitativos:

- Projeto piloto será definido no grupo de pesquisa.

7.1.7.7 Oficina de Metodologia da Pesquisa Científica

Público alvo: Grupo de pesquisa - DGES.

Objetivo: Apresentar ao grupo de pesquisa os preceitos básicos da *Metodologia científica*, preparando-os para melhor instrumentalização durante realização de pesquisas.

Instrutor: Antônio Hélio Vieira. **Data:** será definido no grupo de pesquisa

Oficina	Conteúdo programático
Metodologia da pesquisa científica	<ol style="list-style-type: none">1. A importância da pesquisa científica na área da saúde;2. Implicações ético-sociais da pesquisa na área da saúde;3. Pesquisa qualitativa em saúde;4. Pesquisa quantitativa em saúde;5. Amostra-amostragem;6. Instrumentos de coleta de dados (questionário e a entrevista);7. Análise de dados.

Bibliografia sugerida

MARTIN, D *et al.* **Noção de significado nas pesquisas qualitativas em saúde: a contribuição da antropologia.** Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 40, n.1, Feb. 2006. p.178-180.

TRONCHIN, DMR *et al.* **Educação permanente de profissionais de saúde em instituições públicas hospitalares.** Rev. esc. enferm. USP 2009, vol.43, n.spe2, p. 1210-1215.

TURATO, ER. **Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa.** Rev. Saúde Pública, Jun 2005, vol.39, no.3, p.507-514.

7.1.7.8 Oficina de Educação e Saúde

Público alvo: Grupo de pesquisa - DGES.

Objetivo: Apresentar ao grupo de pesquisa os marcos teóricos da *Educação e saúde* debatendo a educação popular, a educação continuada e a educação permanente.

Instrutor: Shirlaine Valeriano Alves Barbosa. **Data:** será definido no grupo de pesquisa

Oficina	Conteúdo programático
Educação e saúde	<ol style="list-style-type: none"> 1. Análise histórica da educação em saúde e sua evolução; 2. Formação dos trabalhadores nas instituições de saúde; 3. Tecnicismo x aprendizagem significativa; 4. Influência do pensamento de Paulo Freire e da educação popular na formação dos educadores de saúde; 5. Processo pedagógico; 6. Os Quatro pilares da Educação; 7. A metodologia da Problematização; 8. Educação continuada; 9. Educação permanente.

Bibliografia sugerida

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Caderno de educação popular e saúde** (Série B. Textos Básicos de Saúde), Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 160 p.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Glossário temático: gestão do trabalho e da educação na saúde**. (Série A. Normas e Manuais Técnicos), Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. 56 p.

CECCIM, RB *et al.* **O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social**. Physis: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 14, p. 41-65, 2004.

HADDAD, J *et al.* **Educación permanente de personal de salud**. Washington: Organización Panamericana de la Salud; 1994. (Serie Desarrollo de Recursos Humanos en Salud, n. 1000).

STOTZ, EM *et al.* **Educação Popular em Saúde**. p. 35-70 In: MARTINS, CM (Org.) *Educação e saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. 192 p

7.1.7.9 Cronograma do Desenvolvimento da Pesquisa

Atividade	2011											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Grupo de trabalho para discussão da proposta de pesquisa.		x										
Oficina de acompanhamento da pesquisa.			x	x	x	x						
Apresentação de proposta de pesquisa à DGES.		x										
Oficina metodológica com grupo de pesquisa.			x									
Elaboração de instrumentos de coleta de dados.		x										
Apresentação de proposta de pesquisa à CCTI.			x									
Encaminhamento a Comitê de Ética em Pesquisa.				x								
Aplicação de teste piloto.						x	x					
Adequação dos instrumentos de coleta de dados								x				
Coleta de dados.									x	x	x	
Tabulação de dados coletados.												x
Elaboração da versão final da pesquisa.												x

7.1.7.10 Planilha Orçamentária da Pesquisa

Estimativa de custos			
Tipo de Despesas	Descrição das despesas	Valor Unitário	Valor Total
Oficinas de orientação da pesquisa	90h X 02 facilitadores	R\$ 60,00	R\$ 10.800,00
Diárias de servidor	50 diárias	R\$ 157,50	R\$ 7.875,00
Diárias colaborador eventual	12 Diárias	R\$ 235,50	R\$ 2.826,00
Hora-Aula Servidor Facilitador	40h X 01 turma X 02 facilitadores	R\$ 60,00	R\$ 4.800,00
Hora-Aula Colaborador Eventual	40h X 01 turma X 02 facilitadores	R\$ 120,00	R\$ 9.600,00
	Imposto	R\$ 9.600,00	R\$ 1.920,00
Passagem Aérea	04 Trechos	R\$ 1.500,00	R\$ 6.000,00
Reprografia	3500 cópias	R\$ 0,10	R\$ 350,00
	300 cópias	R\$ 12,00	R\$ 3.600,00
	80 encadernações	R\$ 4,00	R\$ 320,00
Material de Consumo	Confeção de poster/banner	R\$ 120,00	R\$ 240,00
Total			R\$ 48.331,00

7.1.7.11 Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 198, de 13 de fevereiro de 2004. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2004. Seção 1.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 1996 de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 ago. 2007. Seção 1.

Nogueira, RP. **Resultado do Estudo de Avaliação de Tendências e Prioridades sobre Recursos Humanos em Saúde** in: BRASIL. Ministério da Saúde. Política de recursos humanos em saúde / Brasil. Ministério da Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2002. 184 p.: il.

Observatório de recursos humanos em saúde. Estação CETREDE / UFC / UECE. **Avaliação do processo de implantação e operacionalização dos pólos de educação permanente em saúde no estado do Ceará.** Relatório final. Fortaleza: Rede ObservaRH, 2007. 147p.

Trochin, DMR *et al.* **Educação permanente de profissionais de saúde em instituições públicas hospitalares.** Rev Esc Enferm USP 2009; 43(Esp 2):1210-5.

FORMAÇÃO EM PROCESSOS EDUCACIONAIS EM SAÚDE

7.2.1 Identificação do Problema e Necessidades de Formação/Capacitação

A formação de profissionais para atuar na área da saúde, deve apresentar características multidimensionais, onde se torna imprescindível contemplar aspectos relacionados tanto à compreensão do processo saúde-doença e formas de tratamento em seus níveis de complexidade numa percepção biológica deste processo, bem como da inclusão do indivíduo como um ser social que em suas relações interpessoais e com o meio ambiente desenvolve hábitos e ações que contribuem para a qualidade de vida.

Neste contexto a educação permanente em saúde tem sido uma das estratégias utilizadas para aprimorar a qualificação dos profissionais de saúde, visando uma compreensão mais ampla do processo de adoecimento da população, que em conseqüência, produz mudanças na forma de organização e atuação dos atores envolvidos. Sabe-se, contudo, que quando os processos educacionais estão desarticulados, o alcance dos resultados torna-se limitado.

Há, portanto, a necessidade de repensar os modelos educacionais que se encontram desvinculados da problemática identificada nas práticas de trabalho, não respondendo às demandas reais de formação e requalificação profissional.

Em um olhar retrospectivo, percebe-se que os avanços conseguidos neste sentido são frutos de lutas ideológicas entre setores, podendo-se apontar um pensamento hegemônico e articulado para a manutenção do sistema tradicional de compreender, planejar e atuar, contraposto por um grupo minoritário que busca ampliar o debate sobre o processo saúde-doença e a implementar novas práticas educativas.

É ainda um apontamento da gestão dos sistemas de saúde, a necessidade de desfragmentação dos processos de trabalho e o campo educacional situa-se como ferramenta de gestão em busca da integralidade da atenção.

A proposta deste projeto é promover a aproximação do campo da saúde com práticas pedagógicas inovadoras, na perspectiva de possibilitar a superação de deficiências, a intervenção em situações hegemônicas, fomentando inovações a partir de metodologias ativas e aprendizagem significativa.

A compreensão do papel estratégico da educação na configuração das práticas de saúde vem ganhando vigor no âmbito do SUS. Constitui-se, deste modo, um novo campo de reformulação de políticas estruturantes da gestão do sistema.

No processo de construção coletiva do PEP – 2010, envolvendo a participação dos municípios através das reuniões nos colegiados de gestão regional foram apresentadas

as diversas demandas educativas dentre elas a necessidade de formar atores do serviço e da gestão para disseminar e implementar a política de Educação na Saúde impactando nas práticas e processos de trabalho das equipes de saúde. Nessa perspectiva este plano apresenta ações que envolvem a formação educacional na lógica da Educação Permanente de profissionais da saúde do Estado do Tocantins, descritas a seguir:

- Formação para facilitadores de aprendizagem em saúde;
- Oficinas de desenvolvimento de práticas de educação permanente para os profissionais de saúde do colegiado de gestão regional – Médio Araguaia e Médio Norte.

7.2.2 Objetivo Geral

Formar facilitadores em processos educacionais em saúde com habilidades e competências capazes de fomentar mudanças nas práticas de atenção e promoção à saúde prestadas aos usuários do SUS no Estado do Tocantins.

7.2.2.1 Objetivos Específicos

- Qualificar profissionais de saúde em práticas pedagógicas inovadoras a partir de metodologias ativas e aprendizagem significativa, estabelecendo uma lógica formadora baseada na Educação Permanente;
- Mobilizar o coletivo de gestão nos níveis municipal e estadual para atuar no desenvolvimento do processo de educação permanente na rede municipal de saúde;
- Estabelecer relações cooperativas com os demais atores no campo da formação em saúde do Estado do Tocantins, tendo em vista a necessidade de desenvolver iniciativas que possibilitem o acesso e compartilhamento de seus saberes e práticas;
- Fomentar a criação de Núcleos de Educação Permanente nos municípios;
- Implementar a Política Nacional de Educação Permanente nos Colegiados de Gestão Regional do Tocantins.

7.2.3 Curso de Formação para Facilitadores de Aprendizagem em Saúde

7.2.3.1 Metodologia

Serão Realizados 03 “Cursos de Qualificação para Facilitadores de Aprendizagem em Saúde”, a ser realizado em 03 turmas (Região Sul: Gurupi, Região Norte: Araguaína e Região Centro: Palmas). Cada turma deverá ocorrer em 02 módulos presenciais de 32h, totalizando 64h por turma.

As estratégias metodológicas compreendem aulas expositivas, discussões de textos, sínteses escritas (individuais e por grupo), utilização de tecnologia audiovisual (filmes e entrevistas) e trabalhos em pequenos grupos (processamento de situações-problema) e atividades de dispersão. Busca-se assim, além de prover conhecimento atualizado sobre os conteúdos abordados, uma integração entre teoria e prática.

A segunda etapa compreende a realização propriamente dita do curso conforme as decisões tomadas pela coordenação e grupo de facilitadores durante a primeira etapa.

Ainda numa etapa final deverá haver uma avaliação do processo de formação pelos alunos, facilitadores e coordenação do curso e a elaboração do relatório final a ser encaminhado para a CIES Estadual.

7.2.3.2 Público Alvo

Profissionais de nível superior e médio das áreas da Saúde, com lotação nos serviços públicos municipais de saúdes do Estado do Tocantins.

7.2.3.3 Meta

- Qualificar 120 servidores do SUS/TO no “Curso de Qualificação para Facilitadores de Aprendizagem em Saúde”,

7.2.3.4 Indicadores para monitoramento e Avaliação

Número de curso realizado X 100
Número de turma planejada

Número de servidores capacitados X 100
Número de vagas disponibilizadas

7.2.3.5 Cronograma de Atividades

ATIVIDADES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Constituir Grupos de Trabalho para discutir a proposta.												
Identificar possíveis facilitadores												
Contatar possíveis facilitadores												
Construir currículo integrado												
Realizar divulgação do curso												
Realizar cursos												
Avaliação (módulos e cursos)												

7.2.3.6 Detalhamento das Atividades

Etapa	Atividade
1 Realizar Oficina, para elaboração da Proposta Curricular e definição da metodologia do curso.	a. Mapeamento dos possíveis facilitadores; b. Realizar reunião, com atores estratégicos, para convite e exposição da proposta; c. Agendamento e realização da oficina.
2 Seleção dos Facilitadores	a. Realização de reunião para indicação de facilitadores; b. Análise de currículo e entrevista com os facilitadores indicados.
3 Preparação da infra-estrutura do curso.	a. Formação da comissão organizadora da logística do curso; b. Distribuição de responsabilidades relacionadas à logística do curso.
4 Divulgação do curso	a. Divulgação através de ofícios, memorandos, telefone, e-mails, cartazes e na página da SESAU.
5 Realização do curso	a. Realização de encontros presenciais em dois módulos.
6 Avaliação do Curso	a. Formação da comissão de avaliação do curso (1 membro da comissão organizadora e 2 participantes de cada curso); b. Elaboração de relatório de avaliação do curso.
7 Elaboração do Relatório Técnico-Financeiro	1. Sistematizar e analisar os resultados e as informações referentes aos aspectos técnicos-financeiros para prestação de contas.

7.2.3.7 Planilha de Custos

Tipo de Despesa	Descrição das despesas	Valor Unitário	Valor Total
Hora-Aula servidor Facilitador	06 módulos x 2 facilitadores x 32h	R\$ 100,00	R\$ 38.400,00
	1 const. x 3 facilitadores x 16h	R\$ 100,00	R\$ 4.800,00
Coordenação local	1 Coordenador x 32 h x 3Cursos	R\$ 60,00	R\$ 5.760,00
	Imposto	20%	R\$1.152,00
Diária Facilitador	4 módulos x 3 facilitadores x 4.5 diárias	R\$ 157,50	R\$ 8.505,00
Diárias Servidor Participação em Eventos Educacionais / Ajuda de Custo	06 módulos x 40 participantes x 4.5	R\$ 60,00	R\$ 64.800,00
Gráfica	03 banner	R\$ 80,00	R\$ 240,00
	200 cartazes	R\$ 3,00	R\$ 600,00
Repografia	100 cópias x 40 participantes x 6 módulos.	R\$ 0,10	R\$ 2.400,00
	40 encard. x 6 módulos	R\$ 3,50	R\$ 840,00
Material de consumo	6 caixas didáticas	R\$ 150,00	R\$ 900,00
TOTAL			R\$ 137.010,00

7.2.4 Oficinas de Desenvolvimento de Práticas de Educação Permanente para os Profissionais de Saúde do Colegiado de Gestão Regional – Médio Araguaia

7.2.4.1 Identificação do Problema e Necessidades de Formação/Capacitação

O Colegiado de Gestão Regional – Médio Araguaia é composto pelos municípios de: Ananás, Araguanã, Angico, Cachoeirinha, Piraquê, Riachinho e Xambioá, compreendendo uma população de 38.329 habitantes distribuídos numa extensão territorial de 5.325 km², com uma densidade demográfica de 7,19 habitantes por km².

Entre os desafios deste colegiado, está o avanço no processo de implementação da Política de Educação Permanente, pois apesar de nos últimos anos ter conseguido melhorar a qualidade dos serviços de saúde prestados à população, sua estrutura organizacional ainda encontra-se fortemente suportada pela ótica tradicional de atenção à saúde.

Esta proposta de “Qualificação em Educação Permanente dos Profissionais de Saúde do Colegiado de Gestão Regional Médio - Araguaia” está inserido em um projeto maior de reestruturação dos serviços públicos de saúde no Estado do Tocantins, onde o papel dos profissionais envolvidos não foque restrito apenas aos procedimentos de diagnóstico e cura das doenças que acometem a população. Sob este aspecto, identifica-se a necessidade de repensar as práticas de qualificação vigentes para propor novos processos educativos que articulem a assistência em saúde com a formação e proporcione maior autonomia aos profissionais no desenvolvimento de ações de saúde nos municípios deste colegiado.

7.2.4.2 Descrição da Proposta Educativa

A proposta é oferecer 05(cinco) oficinas de desenvolvimento de práticas de Educação Permanente para trabalhadores e gestores das Secretarias de Saúde do colegiado de Gestão Regional do Médio Araguaia.

A primeira etapa de realização desta ação compreenderá a realização de um encontro de validação e aprovação do currículo com os facilitadores o que

compreende a discussão dos principais conteúdos a serem abordados, bem como a divisão da carga horária necessária para cada oficina programada, além de definir questões relacionadas a operacionalização das atividades.

Na segunda etapa se dará no desenvolvimento de 5(cinco) oficinas de aulas teórico e práticas. A primeira oficina terá duração de 16hs e as 4 (quatro) restantes de 8 horas. Será formada uma turma de 35 (trinta e cinco) alunos distribuídos nos municípios da região. O local de realização das oficinas poderão ser consensuadas entre os municípios da região.

As estratégias metodológicas compreendem aulas expositivas, discussões de textos, sínteses escritas (individuais e por grupo), utilização de tecnologia audiovisual (filmes e entrevistas) e trabalhos em pequenos grupos (processamento de situações-problema) e atividades de dispersão. Busca-se assim, além de prover conhecimento atualizado sobre os conteúdos abordados, uma integração entre teoria e prática.

A segunda etapa compreende a realização propriamente dita do curso conforme as decisões tomadas pela coordenação e grupo de facilitadores durante a primeira etapa.

Ainda numa terceira etapa deverá haver uma avaliação do processo de formação pelos alunos, facilitadores e coordenação do curso e a elaboração do relatório final a ser encaminhado para a CIES Estadual.

7.2.4.3 Público Alvo

Profissionais de nível superior e nível médio das áreas da Saúde e, com lotação nos serviços públicos de saúde dos municípios que compõe o Colegiado de Gestão Regional Médio – Araguaia.

7.2.4.4 Resultados Esperados

Espera-se que ao final deste processo sejam qualificados 470 profissionais de saúde no colegiado de gestão regional Médio - Araguaia que estarão aptos a desenvolverem suas funções com maior habilidade e conhecimento técnico de forma que produzam mudanças significativas no ambiente de trabalho.

7.2.4.5 Planilha de Custos das Oficinas do Colegiado Médio Araguaia

Tipo de Despesas	Descrição das despesas	Valor Unitário	Valor Total
Hora-Aula Construção Curricular	2 facilitador x 16h	R\$ 60,00	R\$ 1.920,00
	Imposto	20,00%	R\$ 384,00
Hora-Aula Facilitadores	2 facilitadores x 48 h	R\$ 60,00	R\$ 5.760,00
	Imposto	20,00%	R\$ 1.152,00
	1 coordenador x 48hs	R\$ 60,00	R\$ 2.880,00
	Imposto	20,00%	R\$ 4.00,00
Hospedagem para facilitadores	26 diárias	R\$ 60,00	R\$ 1.560,00
Passagem terrestre	4 trechos x 6 Encontros	R\$ 80,00	R\$ 1.920,00
Coffe Break	6 coffee break x 35 pessoas	R\$ 8,00	R\$ 1.680,00
Repografia	100 Repografias x 35	R\$ 0,20	R\$ 700,00
Diárias	36 Diárias servidor aluno	R\$ 80,00	R\$ 2.880
Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	Confecção de 35 pastas personalizadas	R\$ 35,00	1.225,00
Material de Consumo	5 caixas didática	R\$ 150,00	R\$ 750,00
TOTAL			R\$ 23.072,00

7.2.4.6 Dados da Instituição Executora

Este curso será executado pelo Fundo Municipal de Saúde de Ananás-TO.

CNPJ: 11.246.570/0001-82

7.2.5 Oficinas de Desenvolvimento de Práticas de Educação Permanente para os Profissionais de Saúde do Colegiado de Gestão Regional – Médio Norte

7.2.5.1 Identificação do Problema e Necessidade de Formação/Capacitação

Em junho de 2009, o Setor de Educação em Saúde da Secretaria de Saúde de Araguaína, começa a galgar os primeiros passos do processo de transição para tornar-se NEP – Núcleo de Educação Permanente, com vistas à adequação à Portaria GM/MS n.º 1996, de 20 de agosto de 2007.

Nessa nova formatação, o NEP vem desenvolvendo de forma articulada com outros entes públicos e privados, ações com o propósito de fortalecer a Política Nacional de Educação Permanente. Entre as ações, destaca-se o esforço realizado no sentido de descentralizar a gestão da educação na saúde, por meio de entendimentos feitos no Colegiado de Gestão Regional Médio Norte e em outros colegiados da região do “Bico do Papagaio”.

Por meio desta estratégia, visa-se incentivar a criação de setores de gestão da educação na saúde nos municípios destes colegiados, tendo como contrapartida, o desejo dos Gestores Municipais em sua implantação.

Na atual conjuntura, levando-se em consideração as parcerias firmadas com Instituições de Ensino Superior e Técnica, a capacidade intelectual a logística instalada em nossa região e a busca pela adequação às portarias que regem a Educação Permanente, justifica-se a necessidade de capacitação para os gestores dos NEPs já existentes, como também que se fomente sua criação em outros municípios.

7.2.5.2 Público Alvo

Gestores Municipais; gestores dos NEPs; Equipe multiprofissional (oficinas pedagógicas).

7.2.5.3 Resultados Esperados

Espera-se que ao final deste processo os gestores municipais e dos NEPS, bem como as Equipes de Saúde sejam qualificados em Processos Educacionais em Saúde na perspectiva da Educação Permanente.

TOTAL				
Material de Consumo		3 caixas de café	R\$ 100,00	R\$ 300,00
Serviços de Terceiros Pessoa Física		Confeção de 40 biscoitos biscoitinhos	R\$ 30,00	R\$ 1.500,00
Diária		108 Diária servidora fixa	R\$ 80,00	R\$ 8.640,00
Rebolsagem		100 Rebolsagem x 40	R\$ 0,50	R\$ 80,00
Café Break		3 coffee break x 40 pessoas	R\$ 8,00	R\$ 80,00
Passagem terrestre		4 pessoas x 4 Funicular	R\$ 20,00	R\$ 80,00
Horas extras para funcionários		55 horas tributo	R\$ 100,00	R\$ 5.500,00
		tributo	50,00R\$	R\$ 400,00
Horas extras para funcionários		4 colaboradores x 3 oficinas	R\$ 60,00	R\$ 360,00
		tributo	50,00R\$	R\$ 1.250,00
		5 oficinas x 5 participantes x 48 h	R\$ 60,00	R\$ 4.800,00
		tributo	50,00R\$	R\$ 1.250,00
Horas extras para funcionários		5 funcionários x 8h	R\$ 90,00	R\$ 860,00
Tubo de Desbaste		Desbaste para caixas	Valor Unitário	Valor Total

3.2.4 Planilha de Custos das Oficinas do Colegiado Médio Novo

7.2.5.4 Planilha de Custos das Oficinas do Colegiado Médio Norte

Tipo de Despesas	Descrição das despesas	Valor Unitário	Valor Total
Hora-Aula Construção Curricular	2 facilitador x 8h	R\$ 60,00	R\$ 960,00
	Imposto	20,00%	R\$ 192,00
Hora-Aula Facilitadores/Externo	3 oficinas x 2 facilitadores x 16 h	R\$ 60,00	R\$ 5.760,00
	Imposto	20,00%	R\$ 1.152,00
	1 coordenador x 3 oficinas	R\$ 60,00	R\$ 2.880,00
	Imposto	20,00%	R\$ 400,00
Hospedagem para facilitadores	22 diárias	R\$ 100,00	R\$ 2.200,00
Passagem terrestre	4 trechos x 4 Encontros	R\$ 50,00	R\$ 800,00
Coffe Break	3 coffee break x 40 pessoas	R\$ 8,00	R\$ 960,00
Repografia	100 Repografias x 40	R\$ 0,20	R\$ 800,00
Diárias	108 Diárias servidor aluno	R\$ 80,00	R\$ 8.640,00
Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	Confecção de 40 pastas personalizadas	R\$ 30,00	1.200,00
Material de Consumo	3 caixas didática	R\$ 150,00	R\$ 450,00
TOTAL			R\$ 26.394,00

7.2.5.5 Indicadores de Resultados

Os resultados serão mensurados por meio de instrumentos que permitam à SESAU obter informações dos participantes desta ação nos seguintes momentos:

- Durante a realização do curso:
 - Frequência mínima – 75%;
 - Participação nas discussões em sala de aula;
 - Realização de atividades;

- Após a participação no curso;
 - Quantidade de Atividades de EP desenvolvidas;
 - Tipo de atividades de EP desenvolvidas;
 - Fatores favoráveis e/ou desfavoráveis à realização das atividades de EP
 - Impacto das ações educativas na SESU/Secretaria de estado da Saúde, nos NEPS/Núcleo de Educação Permanente em Saúde e no CGR´S/Colegiados de Gestão Regional.

7.2.5.6 Avaliação do Projeto

A proposta é que o projeto seja avaliado tanto pela equipe coordenadora, quanto pelos colaboradores e participantes.

Os participantes farão avaliações:

- No primeiro módulo, uma pré-avaliação dos conhecimentos relacionados a educação na saúde (práticas educativas; como é executado o trabalho de facilitador) e das expectativas em relação ao curso;
- Ao final do curso, fazer avaliação a fim de identificar conhecimentos agregados, novos etc.

Ao final de cada módulo, uma avaliação da estrutura física, dos recursos didáticos, dos colaboradores, da metodologia e da coordenação do processo.

A cada 3 meses e/ou após o término do curso, os participantes realizarão avaliações referentes ao seu processo de trabalho no que tange às práticas educativas.

Quanto aos colaboradores:

- Avaliação será feita tanto por módulo quanto do curso como um todo.
- Por módulo, serão levantadas questões relativas ao currículo proposto, à metodologia empregada, participação/contribuição/interesse da turma, estrutura física, material didático, apoio dos coordenadores do processo e uma auto-avaliação.
- A avaliação referente ao curso agregará avaliações por módulo e uma discussão com equipe coordenadora sobre pontos a serem mudados, assuntos/temas a serem agregados e/ou suprimidos, análise das avaliações dos participantes.

E equipe coordenadora realizará, ao final do curso, uma avaliação do Plano de Trabalho, além da divulgação do curso. Entretanto, avaliações periódicas, ao final de cada módulo, também serão realizadas.

- Comunicação com participantes e colaboradores
- Comparação da estrutura utilizada a cada módulo com a planejada;
- Adequação da carga horária aos temas propostos, por módulo;
- Participação (presença) de colaboradores e participantes;
- Análise das avaliações feitas por colaboradores e participantes.

7.3 PROJETO DE IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS

Curso de Formação de Apoiadores Institucionais da Política Nacional de Humanização do Estado do Tocantins

7.3.1 Introdução e Justificativa

O SUS tem assumido papel ativo na reorientação das estratégias e modos de cuidar, tratar e acompanhar a saúde individual e coletiva. Tem sido capaz de provocar importantes repercussões nas estratégias e modos de ensinar e aprender através da Política Nacional de Humanização - PNH e da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde - PNEPS. A consolidação do Sistema Único de Saúde está diretamente relacionada com a promoção da descentralização e fortalecimento da capacidade de gestão local da educação e da humanização em saúde, tendo como base os princípios e as diretrizes operacionais destas políticas.

A Política Nacional de Humanização - PNH envolve inovações na prática e na gestão em saúde, potencializando os movimentos de transformação do instituído visando a concretização e descentralização do SUS, incluindo os diferentes sujeitos na discussão do comum em saúde, visando à interação das equipes de trabalho, democratizando o saber, propiciando a transversalidade e a transdisciplinaridade, possibilitando experimentar novas formas de (re) organização dos serviços, novos modos de produção e relações de poder. Esta proposta está alicerçada na indissociabilidade entre gestão e atenção, entendendo que a gestão dos processos de trabalho em saúde não pode, de modo algum, ser percebida como um conjunto de tarefas tecnicistas separadas das práticas de cuidado.

Entendendo dessa forma, a PNH se apresenta como articuladora dos diferentes sujeitos, coletivos e redes envolvidos nos processos de produção de saúde, mediante a mobilização dos trabalhadores, percebendo e compreendendo a realidade, podendo intervir de maneira significativa para a transformação das realidades, ao mesmo tempo em que estes remodelam-se a si mesmos. Para que esta política se ramifique e se fortaleça, é imperativo que existam nas unidades de saúde trabalhadores apropriados da PNH, sendo multiplicadores e interventores produzindo saúde segundo a óptica das diretrizes e dispositivos dessa política.

Diante desse contexto faz-se necessário a realização de um processo de formação de tais sujeitos, aflorando a sua capacidade de intervir nas ações de saúde, sendo que o próprio processo de formação deverá contemplar as

diretrizes e dispositivos preconizados pela PNH, compreendendo que formar não se reduz a transmitir informações e conhecimentos, mas que o trabalhador deve ser persuadido a ocupar o lugar de sujeito, e não de asujeitado, sendo protagonista, aprender-fazendo e fazer-aprendendo uma vez que os processos de formação constituem-se em campo de problematização das práticas em saúde e em espaço de compartilhamento de experiências, sendo que a PNEPS vem emergir as discussões, como conceito pedagógico no setor, com propostas de transformação das práticas profissionais, baseada na problematização e reflexão crítica sobre o trabalho em saúde. A política permite espaço de discussão horizontalizada, intersetorial e multiprofissional de diferentes níveis sociais e hierárquicos, integrando serviços de saúde, instituições de ensino e comunidade, propondo a integração entre sociedade, gestores de saúde e de instituições de ensino, acadêmicos e profissionais.

Portanto a formação de apoiadores tem como propósito ofertar referenciais teóricos e metodológicos, propiciando compreensão sobre os conceitos, métodos e diretrizes da PNH; fazendo com que os trabalhadores se reconheçam como sujeitos do processo de produção de práticas de cuidado em saúde, aumentando a capacidade de análise e intervenção nos processos de trabalho em âmbito local, regional e estadual, potencializando também os processos de mudança nas práticas de saúde, rompendo a cisão entre atenção e gestão em saúde.

7.3.2 Objetivo Geral

Capilarizar e fortalecer a Política Nacional de Humanização no Estado, formando sujeitos capazes de intervir nas práticas de cuidar e nos modos de gestão.

7.3.2.1 Objetivos Específicos

- Promover a descentralização através da ampliação dos Coletivos de Humanização em âmbito estadual;
- Propiciar a criação de grupidades em que se transversalizem as relações de saber e de poder local e regional;
- Ampliar e fortalecer a articulação de redes de saúde intersetoriais e interinstitucionais, fazendo parcerias com instituições de ensino no Estado, rompendo a cisão ensino-serviço, e outras organizações afins.

7.3.3 Público-Alvo

Equipe multiprofissional, que atue na gestão, atenção básica, média e alta complexidade, atenção especializada, tanto da gestão municipal quanto da estadual, representantes das Instituições de Ensino e Pesquisa e membros dos Conselhos de Saúde, com participação do segmento usuário.

7.3.4 Proposta Metodológica

Descrição da Proposta de Formação

O 1º Curso de Formação de Apoiadores Institucionais em Humanização do Estado do Tocantins iniciou-se em 2008, sendo dividido em três fases.

A primeira fase foi denominada de Oficina de Sensibilização, tendo sido realizada em agosto de 2008.

A segunda fase foi desenvolvida entre os meses de junho e novembro de 2009, com a realização de quatro módulos e três atividades de dispersão,

incluindo encontros presenciais, sendo que ao término dessa fase contamos com 19 apoiadores formados de diversas unidades de saúde.

A terceira fase do Curso foi dividida em três módulos realizados entre agosto e outubro de 2010, contando com 72 pessoas, contemplando um total de 180 horas, sendo, 120 horas presenciais distribuídas em 03 (três) módulos de 40 horas cada, e 60 horas de atividades de dispersão.

Para 2011 a Secretaria de Estado da Saúde juntamente com seus parceiros pretende realizar o 2º Curso de Formação de Apoiadores Institucionais, com pretensão de formar 100 (cem) apoiadores em diferentes municípios do Estado.

As atividades do processo de formação do 2º curso serão desenvolvidas, acompanhadas e avaliadas por um coletivo denominado **Grupo de Trabalho de Formação**, que contempla a participação da SESA, DGES, SEMUS, UFT e ETSUS. Esse Grupo de Trabalho também tem a participação do Ministério da Saúde através da Coordenação da Região Norte da Política Nacional de Humanização.

Estratégia Metodológica

A abordagem pedagógica tem como princípio estruturante a relação entre processo de trabalho e formação. Baseia-se na construção de currículos orientados por competência que criem capacidades de articular e mobilizar conhecimentos. Trabalha com o desenvolvimento de atributos integrados (cognitivos, psicomotores e afetivos) que propiciem o desenvolvimento de práticas bem sucedidas no cotidiano dos profissionais.

A abordagem dialógica da competência valoriza o contexto e a prática dos profissionais e agentes sociais, possibilitando uma integração maior entre as instituições formadoras e prestadores de serviços, usuários e organizações sociais.

Para isso o currículo do Curso de Formação de Apoiadores em Humanização para o Estado do Tocantins foi pensado dentro da perspectiva pedagógica chamada de metodologia da Problematização. A problematização, como orientada pela PNEPS, é uma abordagem que supera a educação bancária orientada pela transmissão de conteúdos específicos e quer despertar

uma educação crítica e libertadora, fundada nas experiências de vida dos alunos. Assim, cada participante estará envolvido na ação pedagógica como sujeito ativo na produção de conhecimentos e de práticas da Política Nacional de Humanização.

As estratégias serão: exposições dialogadas, rodas de conversa, leitura e discussão de textos em grupo e em plenária, entre outros dispositivos da PNH.

As atividades presenciais serão divididas em três módulos, sendo cada módulo com a carga horária de 40h. Serão realizadas ainda três atividades de dispersão de 20 horas entre cada módulo, totalizando 180 horas. As atividades de dispersão serão acompanhadas pelos formadores/tutores de maneira presencial ou à distância, com o uso de ferramentas de ensino à distância e outras tecnologias (por exemplo, telefone, e-mail, blogs, redes e outros).

Conforme a demanda levantada pelo coletivo na construção desse projeto buscou-se fortalecer a descentralização do SUS, e contempla as demandas apresentadas pelos **Colegiados de Miracema, Médio Norte e Extremo Sudeste**, portanto fez-se necessário a criação de duas turmas de 50 participantes, uma a realizar-se na cidade de Miracema e a outra em Araguaína, em meses diferentes segundo descrição no item cronograma.

As atividades presenciais serão divididas em três módulos, sendo cada módulo com a carga horária de 40h. Serão realizadas ainda três atividades de dispersão de 20 horas entre cada módulo, totalizando 180 horas. As atividades de dispersão serão acompanhadas pelos formadores/tutores de maneira presencial ou à distância, com o uso de ferramentas de ensino à distância e outras tecnologias (por exemplo, telefone, e-mail, blogs, redes e outros).

O curso abrangerá 26 municípios, incluindo participantes das unidades de saúde sob gestão estadual e municipal, membros dos colegiados e do controle social, e convidados das instituições de ensino fortalecendo a formação de redes de saúde, a transversalidade e as relações intersetoriais.

O curso abrangerá 26 municípios de acordo com as demandas dos seguintes colegiados:

REGIÕES DE SAÚDE CONTEMPLADAS

CGR Miracema		CGR Extremo Sudeste		CGR Médio Norte	
Municípios/Org*	Participantes	Municípios/Org*	Participantes	Municípios/Org*	Participantes
Miracema	02	Combinado	02	Araguaína	15
Miranorte	02	Novo Alegre	02	Babaçulândia	02
Rios do Bois	02	Conceição	02	Carmolândia	02
Tocantínia	02	Paraná	02	Santa Fé	02
Rio do Sono	02	Arraias	02	Aragominas	02
Controle Social	05	Aurora	02	Wanderlândia	02
Inst. Ensino	03	Lavadeira	02	Muricilândia	02
Hospital Regional	02	Controle Social	07	Goiatins	02
CGR's Reg. Sul e Centro	08	Hospital Regional	01	Nova Olinda	02
Total	28	Total	22	Barro do Ouro	02
Total por Região		50		Campos Lindos	02
				Filadélfia	02
				Pau D'arco	02
				Controle Social	04
				Inst. Ensino	03
				CGR's Reg. Norte	04
				Total por Região	50

7.3.5 Sistema de Tutoria

Optamos nessa etapa do curso em denominar nossos formadores como tutores. De maneira geral, o papel e as ações e procedimentos que cabem ao tutor são descritos no quadro a seguir:

O Papel do Tutor	Ações e procedimentos
Desenvolver ambientes favoráveis à	Contribuir para a preparação do plano

<p>aprendizagem.</p>	<p>de curso;</p> <p>Definir do território do trabalho de campo;</p> <p>Planejar o momento presencial;</p> <p>Estabelecer a comunicação com os apoiadores-aprendizes nos momentos à distância;</p>
<p>Orientar a aprendizagem significativa</p>	<p>Organizar a pesquisa no trabalho de campo dos apoiadores-aprendizes, articulada com as referências dos livros, textos ou outros recursos;</p> <p>Auxiliar os apoiadores-aprendizes no planejamento e no desenho do plano de ação;</p> <p>Mediar a experiência de trabalho profissional do apoiador-aprendiz com o processo de ensino-aprendizagem;</p>
<p>Incentivar a pesquisa como princípio Educativo</p>	<p>Facilitar o acesso às fontes de informação;</p> <p>Estimular a curiosidade do apoiador-aprendiz e o uso dos instrumentos de pesquisa;</p> <p>Administrar sua própria formação contínua;</p>
<p>Acompanhar e avaliar os processos disparados pelos formandos</p>	<p>Identificar os avanços e as dificuldades do aprendiz no registro dos planejamentos e das ações feitas;</p> <p>Promover momentos de análise e, se necessário, mudanças para o alcance dos objetivos esperados;</p> <p>Realizar avaliação formativa da aprendizagem nos momentos presenciais e nas atividades de</p>

	dispersão; Atender aos pedidos de apoio dos aprendizes; Identificar as dificuldades na aprendizagem; Estimular as potencialidades; Estabelecer vínculos de parceria na construção do conhecimento.
--	--

O sistema de tutoria possibilita uma aprendizagem significativa, apoiada nas experiências dos apoiadores-aprendizes e na busca por soluções compartilhadas e corresponsabilizadas de problemas relacionados à promoção da saúde e desenvolvimento social.

7.3.6 Cronograma de Execução

Atividades	Meses 2011											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Planejamento do Curso	X	X										
Execução dos Módulos de Miracema				X	X	X						
Execução dos Módulos de Araguaína									X	X	X	
Avaliação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

7.3.7 Metas/Indicadores

- Formar em média 80% dos participantes do curso;
- Criar pelo menos um Grupo de Trabalho de Humanização – GTH em cada unidade de saúde sob gestão estadual e nos colegiados de Miracema, Médio Norte e Extremo Sudeste;

- Construir uma rede de comunicação entre os diferentes participantes garantindo a transversalidade.

7.3.8 Resultados Esperados

Formação de profissionais e de redes sociais que atuem como multiplicadores da PNH, a partir de suas diretrizes e dispositivos, buscando disparar e/ou fortalecer processos de mudança nas práticas de atenção e gestão em saúde.

7.3.9 Sistema de Avaliação

O processo de aprendizagem, em nosso entender, se dá pela análise das ações planejadas e realizadas (ou não), ou seja, aprende-se fazendo. Assim, a avaliação é sempre processual e contínua, e se dá no desenvolvimento e acompanhamento avaliativo de cada atividade. Permite-se, dessa maneira, não somente uma análise em todos os momentos de realização do curso, considerando, por exemplo, a inclusão dos diferentes participantes, o processo de trabalho em questão, mas também a possibilidade de negociações e mudanças de curso, feitas por meio do diálogo e da corresponsabilização de cada um e do coletivo.

Cientes de que o processo de formação-intervenção implica na presença, discussão, compartilhamento, co-construções e corresponsabilizações, também será exigida a frequência mínima de 75% da carga horária para os apoiadores-aprendizes serem certificados no curso.

7.3.9.1 Avaliação dos Formandos

A Avaliação será contínua, levando em consideração as habilidades e desenvolvimento de competências de cada participante. Por compreendermos a avaliação como um processo formativo, partiremos de três princípios primordiais: Observação do processo formativo (aluno e conteúdo), reflexão das práticas pedagógicas e participação significativa nos processos de aprendizagem.